

Davi de Almeida Guia

**RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA E A PERCEPÇÃO DA
VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO DO CONFISCO/BH**

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
2019

Davi de Almeida Guia

**RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA E A PERCEPÇÃO DA
VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO DO CONFISCO/BH**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Educação Física, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Admir Soares de Almeida Júnior

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus por me dar forças e sabedoria para alcançar a conquista de ser chamado Professor.

Ao meu pai Auro por ser um modelo de conduta e caráter sem abrir mão do amor e carinho sempre que preciso.

À minha mãe Cristina por todo o suporte, amor, companheirismo e carinho durante essa caminhada além de me apresentar no dia a dia o modelo profissional de excelência e ética a ser seguido dentro do campo da educação.

Que um dia eu possa ser para o meu filho um dedo do que vocês são para mim.

Agradeço também ao meu irmão Marcos pela constante amizade, pelas brincadeiras e por a todo o tempo estar ao meu lado sendo um descanso para mim. Tenho muito orgulho do homem que você se tornou. Obrigado por acreditarem em mim.

Aos amigos, obrigado por serem refúgio quando a graduação foi turbulenta e por todos os momentos que vivemos e viveremos.

Sou grato ao corpo docente do curso de Educação Física por encaminharem e nortearem nossas ideias para que hoje eu possa ter uma visão de mundo mais ampla, crítica e fundamentada e entender que a minha formação como professor não se finda aqui.

Sou grato a Associação Atlética Acadêmica da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional pela constante amizade e por todas as oportunidades e vivências propostas. Que a gente siga fazendo a diferença na trajetória acadêmica do corpo discente desse campus sem perder nossos valores e ideais.

Obrigado ao meu Professor e orientador Admir Soares por todo o suporte emocional, fundamentação teórica e por me auxiliar nesse caminho. Obrigado aos professores e companheiros de estágio que me receberam nos estágios docentes sejam eles no estágio obrigatório ou não. Obrigado por possibilitarem a vivência necessária para que eu construísse até aqui a minha formação.

Ao Professor Rodrigo Gaviolli da residência pedagógica, Cristina Grieder, Edmeia Costa e Patrícia Miqueri da Escola Municipal Henfil por serem exemplos de profissionais, pelos conselhos e principalmente pela amizade que se dava no cotidiano.

Muito obrigado aos colegas da Secretaria Municipal de Educação e Escola Municipal Anne Frank como um todo por toda presteza e carinho, mas agradeço de coração à Coordenadora do Programa na EMAFK Patrícia Neves Tupiná por todo o suporte e carinho na constante convivência e a Vanilda e Lucilene da SMED, agradeço a vocês três pelo acesso aos documentos e por todas as conversas a respeito dos nossos ideais e dos princípios norteadores desse programa, como são pensadas as políticas que entram em vigência nas nossas escolas públicas.

Obrigado a todos que contribuíram de alguma forma para a minha formação.

Enfim, Professor de Educação Física!

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é se tornar o opressor”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo verificar a relação entre o desenvolvimento de um dos projetos de ampliação da jornada escolar e a percepção da redução de violência pelos seus agentes. O Programa de ampliação da carga horária escolhido foi o Programa Escola Integrada que é uma iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte, que tem como objetivo a melhora na qualidade da educação através do aumento do tempo de permanência do aluno na escola e são propostos a esses jovens e crianças oficinas que trabalhem as diferentes áreas do conhecimento, trabalhos e visitas em outros espaços senão os da escola e com isso busca-se a formação de um cidadão integral. Este estudo foi realizado na Escola Municipal Anne Frank que se situa na Região do Confisco que é uma região de alta vulnerabilidade marcada por uma história de embates e violências. Para alcançar os objetivos foram aplicados um total de 24 questionários, sendo eles 9 para agentes do Programa Escola Integrada (PEI) na Escola Municipal Anne Frank (EMAFK), dentre eles Monitores, Professores e Coordenadora do PEI e 15 para os Gestores da Secretaria Municipal da Educação (SMED) que possuíam relação direta com o PEI. Este questionário abrangia temas como a formação complementar que visa uma Educação Integral do sujeito, violência e suas percepções e como o PEI atua para a formação do cidadão. A análise dos dados foi feita através dos padrões de relatos expostos nas respostas do questionário. Os resultados apontam que houve sim uma diminuição da violência e que esta possui uma relação com a entrada do PEI na Região do Confisco, suas relações com os espaços e dos alunos com a comunidade.

Palavras-chave: Ampliação da Jornada Escolar. Políticas Públicas Educacionais. Violência.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO - METODOLÓGICO	9
2.1 Relação Entre Políticas Públicas Educacionais e Violência	9
2.2 O Programa Escola Integrada da Rede Municipal de Ensino/ Bh	17
2.3 O Programa Escola Integrada na Escola Municipal Anne Frank	20
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
4 DISCUSSÃO DE DADOS	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE	39

1 INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objeto central o Programa Escola Integrada na Escola Municipal Anne Frank. Este Programa acontece no contra turno do horário de ensino regular do estudante. O interesse por essa temática surgiu após minha vivência e contato como monitor do Programa Segundo Tempo na Escola Municipal Alice Nacif e com isso o contato direto com o Programa Escola Integrada na região do Confisco e a Escola Municipal Anne Frank, pois as duas escolas são muito próximas geograficamente e fazem uso dos mesmos espaços no momento das oficinas.

O programa Escola Integrada é um programa da Prefeitura de Belo Horizonte que amplia a jornada escolar para nove horas no intuito de proporcionar uma formação mais ampla e que contemple todas as áreas de conhecimento de um cidadão, buscando uma formação de caráter educativo, crítico e social em contato com a cidade que recebe o programa. Os estudantes realizam diversas atividades que buscam contribuir para seu desenvolvimento pessoal, ético, estético, social, moral e cultural.

A partir das informações disponibilizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte em seu site acerca das atividades desenvolvidas nas oficinas e suas áreas de contemplação temos o acompanhamento pedagógico; arte e cultura; educação sócio ambiental; educação e diversidade; direitos humanos e cidadania; cidade, patrimônio cultural e educação; educomunicação e uso de mídias; esporte e lazer; prevenção e promoção à saúde e investigação no campo das ciências; leituras na Educação Integral.

Assim sendo, o Programa Escola Integrada (PEI) contempla todas as Escolas Municipais de Belo Horizonte e tem como proposta o desenvolvimento do cidadão integral através das relações entre os alunos, dos alunos com os cidadãos da região e dos alunos com o território buscando um estreitamento de laços.

O conceito de educação integral nasceu em 1940 com Anísio Teixeira que propunha em seu discurso uma educação de qualidade a todos além da democratização do ensino público e ampliação das funções da escola. Para ele, o aumento da jornada estudantil era importante e era objetivo da educação integral a educação para o trabalho. Esse conceito foi chamado por ele de Escolas-Classe e Escolas-Parque e foi implementado em Salvador, Bahia, na década de 40 e futuramente na cidade de Brasília,

Distrito Federal, em centros educacionais que contavam com oficinas voltadas para o trabalho abordando artes industriais, esportes, etc.

A ideia de ampliação do tempo do estudante na escola ficou muito conhecida na década de 80, quando o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola criou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS) que foram idealizados por Darcy Ribeiro.

Segundo a autora (BECKER.2012)

Políticas públicas na área da educação podem ser usadas como forma de combater a violência no médio e longo prazo e, para isso, é necessário que a escola funcione como um espaço para desenvolver conhecimento, habilidades e noções de moralidade e civildade. (BECKER, 2012 p.7)

Dessa forma, segundo a autora, a escola deve sempre manter um bom contato com projetos e programas sociais para que haja uma reflexão visando provocar mudanças nos indivíduos. Para compreendermos um pouco das políticas públicas educacionais, nesse trabalho faremos uma breve análise histórica do caminho da educação através dos meios legais, mais especificamente através da Carta Magna da constituição, alguns fatos históricos que tiveram impactos profundos e algumas passagens de diversos documentos norteadores educacionais.

Colocando esse pensamento em prática e já com larga e promissora experiência no atendimento ampliado e integrado a comunidade, a E.M. Anne Frank, local de investigação do presente estudo, localizada na região do Confisco começou a participar do Programa Escola Transformadora da Fundação Ashoka no ano de 2015. O Programa Escola Transformadora nasceu nos Estados Unidos em 2009 e hoje já atende 280 escolas sendo 19 delas localizadas no Brasil.

As Escolas Transformadoras trabalham baseadas em quatro princípios ou como a fundação denomina: “competências”, sendo elas empatia, trabalho em equipe, criatividade e protagonismo do jovem. A partir dessas competências ela pretende proporcionar aos jovens mais empatia pelo próximo, além de fazer com que consigam trabalhar e pensar no coletivo e serem protagonistas da história em prol da mudança da realidade social em que vivem a partir do desenvolvimento do pensamento crítico.

A Escola Municipal Anne Frank (EMAFK) pelo local geográfico onde está, no limite entre Belo Horizonte e Contagem atende majoritariamente a população do Confisco e a região de Contagem. Nessa região a realidade socioeconômica é precária e assim, o

índice de violência tende a ser maior. Tal realidade social rendeu ao bairro a condição de alta vulnerabilidade social.

Assim sendo, essa proposta de educação integral proposta pelo PEI pode servir como auxílio na manutenção dessa realidade social e alteração desse cenário de violência. Entretanto, não há registros de estudos que liguem ou façam alguma relação do Programa Escola Integrada com a diminuição da violência.

Ao iniciar o processo de pesquisa pude perceber certa precariedade na oferta de artigos no Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) que se debruçam sobre a temática da violência e a sua relação com os programas que atuam diretamente na escola. Este trabalho foi pensado para que se compreenda melhor e mais profundamente esta relação da violência e a entrada do Programa Escola Integrada e ainda, para que futuramente haja melhor análise deste programa como um todo, explorando os seus pontos positivos e buscando explicitar suas lacunas.

Além disso, busca-se entender se há uma relação entre o tempo de permanência do aluno na escola e a inclinação do mesmo a se ligar em atividades ou situações criminosas e de violências em geral. Portanto o presente estudo tem como foco analisar a relação entre os programas de educação integral e a diminuição dos índices de violência.

Com essa monografia busco verificar a percepção de diferentes sujeitos sobre o desenvolvimento do Programa Escola Integrada na região do Confisco e, através dos relatos, compreender se há redução nos índices de violência, bem como, analisar os registros documentais relativos ao desenvolvimento do Programa Escola Integrada na Escola Municipal Anne Frank. Tais análises se darão por meio da aplicação de um questionário junto aos sujeitos envolvidos com o Programa Escola Integrada na Escola Municipal Anne Frank (EMAFK) e a Secretaria Municipal de Educação (SMED).

2 REFERENCIAL TEÓRICO - METODOLÓGICO

2.1 Relação Entre Políticas Públicas Educacionais e Violência

Quando pensa-se a educação e a relação estabelecida entre aqueles que têm a responsabilidade em oferecê-la, recorre-se de imediato à Constituição Federal de 1988 que é o conjunto de regras governamentais que regem o ordenamento jurídico que garante, entre outros, o direito fundamental de todo cidadão à saúde e à educação como um dever do Estado e da família, havendo também uma participação ativa da sociedade visando uma formação ampla do cidadão, sua inserção no estado democrático e a qualificação para o trabalho. O autor Raposo (2015) faz diversos apontamentos em relação à construção histórica da Constituição.

Após a promulgação da constituição de 1988 a educação se tornou um direito fundamental de todos os cidadãos. Segundo Vera Telles (2003 p.69):

“Quando dizemos ‘isto é um direito’, reconfiguramos e redescrevemos a sociedade, figuramos as coisas de um jeito diferente de antes, fazemos existirem coisas que antes não existiam, damos relevância a fatos e circunstâncias que antes pareciam insignificantes. “

Porém, nem sempre foi assim. Desde o Brasil Imperial em 1822 através da Proclamação da Independência com o Imperador Dom Pedro I, às margens do Rio Ipiranga, o Brasil começou a percorrer seu próprio caminho e, neste novo formato, surgiram inúmeros conflitos entre radicais e conservadores, forçando o Imperador a manter o controle e poder sobre sua nação.

Sendo assim, Dom Pedro I começou a pressionar a Assembleia Constituinte para que lhe desse plenos poderes, o que não aconteceu e a consequência foi uma longa e exaustiva reunião a portas fechadas com alguns membros da Assembleia Constituinte que promulgou, no dia 25 de março de 1824, a Constituição Imperial. Entre tantos aspectos abordados, ela estabeleceu direitos políticos e civis, dentre eles a gratuidade da instrução primária e a criação de colégios e universidades.

É interessante notar que desde o período imperial existia uma preocupação e interesse do Estado brasileiro em promover políticas públicas educacionais. A Constituição de 1824 foi a que mais tempo vigorou no Brasil e posteriormente foi reformulada com a Proclamação da República, dando origem à Constituição Republicana de 1891. Nesta, foi adotado um modelo legislativo federal que atribuiu aos Estados e à União suas devidas responsabilidades educacionais. Faz-se lembrar também que esta

constituição ficou marcada pela laicização da República e conseqüentemente dos estabelecimentos públicos de ensino que abertamente seguiam um viés religioso judaico-cristão tendo como a religião oficial o catolicismo.

A Constituição Federativa perdurou por 43 anos, sendo revogada em 1934, quando contemplou em seu complexo legislativo a divisão dos recursos, desenvolvimento do ensino, deveres sociais, econômicos e culturais entre os poderes municipais, estaduais e a União.

A segunda constituição implementada na Era Vargas foi a de 1937, iniciando o período da história brasileira denominada de Estado Novo. A constituição Federal que até então possuía caráter democrático foi quebrada em prol do estabelecimento de um regime fascista Polonês, com diretrizes autoritárias que concedida poderes ilimitados ao Executivo. Ela se fazia autoritária e legislava para determinados grupos políticos, consolidando o poder àqueles que se colocavam ao redor deste governo.

Como consequência das mudanças radicais da constituição de 1937, a educação já não estava como uma das prioridades do governo, sendo inclusive retirado de seu texto que a educação é um direito de todos. A preocupação do Estado com a educação era agora imputada a valores cívicos e econômicos. Dessa maneira se fez esquecido o ensino público e como consequência as bases e diretrizes educacionais.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a deposição do então presidente Vargas, ocorreram novas eleições presidenciais e Eurico Gaspar Dutra foi eleito. Com ele, foi proposto uma nova Assembleia Constituinte formada por deputados e senadores.

No primeiro ano de mandato do então presidente Dutra, diversas figuras políticas foram escolhidas para a formulação de uma nova Constituição para que se indicasse o caminho para qual o país deveria seguir, porém sem se esquecer de quão fascista e deploráveis foram as diretrizes da última versão da constituição.

Então esta comissão reunida buscou amparo nas antigas versões das antigas constituições e então retomou a mesma a um rumo democrático e liberal devolvendo os poderes aos municípios e estados, proibindo reeleições dos poderes executivos e iniciou o processo de pesos e contra pesos do sistema político brasileiro. Além destes, a educação já não era vista como responsabilidade da família e sim do mercado, então prevalece a ideia nessa versão de uma educação pública e livre, sendo criados centros de pesquisas e abrindo concursos de cátedra tendo amparo de dinheiro público para manutenção e desenvolvimento do ensino estabelecido pela constituição.

Ainda caminhando na história, chega-se à versão de 1967 da Constituição Federal. É importante lembrar que esta versão constitucional está intimamente ligada ao regime ditatorial militar ocorrido no país entre os anos de 1964 e o seu fim em 1985. A Constituição de 1967 serviu basicamente para aumentar e centralizar o poder do executivo assim como a constituição de Getúlio Vargas aumentando a influência no legislativo e judiciário. Porém, o caminho percorrido no âmbito educacional que preconiza essa versão constitucional ocorre em 1962 com a instalação do Conselho Federal de Educação (CFE) e através do conselho a aprovação do Plano Nacional de Ensino (PNE) válido até o ano de 1970 e dá forças ao ensino particular disponibilizando algumas bolsas de estudos mediante ao desempenho.

O PNE de 1962, que teve como relator Anísio Teixeira, propôs a criação do Fundo Nacional de Educação, que previa uma aplicação de 12% da receita de impostos recolhidos pela união e seriam divididas em iguais proporções aos ensinos fundamental, médio e superior. Além dessa divisão, o plano pretendia a alfabetização de todas as crianças, adolescentes e adultos até os 23 anos até 1970.

O problema dentre essas metas e seus cumprimentos se deu pela conjuntura política conturbada da época. A então ministra da educação, Darcy Ribeiro, que encabeçava o ministério e suas metas, acabou assumindo o Gabinete Civil da presidência. Com isso, o planejamento foi interrompido e quando o então ministro Júlio Sambaqui assumia o Ministério da Educação e começava a encaminhar suas medidas, reformular e dividia prioridades o governo de Jango se encerra.

Até o atual momento o que se sabe é que no dia anterior ao golpe o Governador da Guanabara (cidade do Rio de Janeiro) Carlos Lacerda ocupa a televisão por várias horas para denunciar o golpe que havia de ocorrer pelas mãos de três ministros militares do então governo e que ao escrever sua carta renúncia esperava uma comoção nacional que não ocorrera para que pedissem que ficasse no poder.

Jango como era conhecido o presidente João Goulart era considerado um candidato de esquerda com medidas governamentais que buscavam a diminuição da desigualdade social, ampliação de votos para os analfabetos e militares de baixa patente, inclusão dos analfabetos no sistema educacional, a valorização dos professores e o fim das cátedras vitalícias nas universidades. Porém, as medidas que resultaram em uma grande insatisfação popular foram as reformas bancárias que ditavam a ampliação de

créditos aos produtores, a nacionalização das refinarias de petróleo e a reforma agrária que visava a democratização do uso de terras.

Com um perfil de governo esquerdista logo a elite brasileira se tornou oposição pois temiam as medidas que afetariam diretamente o seu capital. Dentre muitas medidas da elite que culminaram no golpe militar podemos ressaltar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que se iniciou no dia de São José, padroeiro das famílias (19 de março), na cidade de São Paulo e teve a participação de 500 mil pessoas por todo o país, a partir dessa ocorreram mais 48 marchas contra o governo de Jango. O último registro dessa marcha se dá em 8 de junho de 1964.

É importante salientar que essa marcha ocorreu também em Curitiba e na cidade de Belo Horizonte.

Essas marchas tiveram como organizadores Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), da União Cívica Feminina, da Fraterna Amizade Urbana e Rural.

As marchas tinham influência e interesse de grandes grupos como o clero, setores industriais e empresariais, contando com a influência também de alguns setores políticos. Tais grupos se reuniram e foram às ruas como uma forma de oposição ao governo sob a alegação de uma ameaça comunista em resposta ao comício de Jango no dia de 13 de março. Nesse comício Jango apresenta suas pautas de governo e as reformas. Posteriormente a Marcha Pela Família foi chamada também de Marcha da Vitória e por todo o País tiveram o apoio de 1 milhão de pessoas.

Em um breve paralelo podemos citar Ana Paula Araújo:

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade aconteceu ainda em Belo Horizonte e Curitiba e foi uma contribuição para o início do Governo Militar. Estas manifestações foram vistas pelos militares como um consentimento ao então Golpe que estava sendo preparado e seria posto em prática ainda em março de 1964. Os grupos envolvidos nestas marchas aceitaram a imposição militar, já que era melhor ter seus bens garantidos à custa da ausência de democracia, a perder tudo diante a “ameaça vermelha”, que era o comunismo. A aceitação do Golpe por parte destes setores é compreensível já que os militares garantiriam a segurança e a estabilidade do país. (ARAÚJO, s.d.)

Tal movimento da população afugentada pelo medo de medidas sociais que abalaram toda a estrutura de uma classe favorecida se assemelha muito com o ocorrido no ano de 2016 com o Golpe de Estado sofrido pela até então presidente Dilma Rousseff.

O período enfrentado pelo país e o fim da bonança financeira do governo Lula a então presidente Dilma Rousseff eleita com aprovação recorde ao se deparar com a

desaceleração da economia apontou medidas tidas como “medidas de esquerda” que podem ser melhor definidas como medidas humanitárias, pois para aquecer a economia foram propostas alterações no repasse de bancos, reforma Judiciária e a diminuição da desigualdade social.

Sendo assim, a elite brasileira logo taxou o governo de comunista e como medida dos seus apoiadores, MBL (Movimento Brasil Liberal) e grandes nomes da Política Nacional como o Senador do PSDB José Serra e o então deputado federal Aécio Neves propôs ao povo que fosse às ruas em prol de um país livre do comunismo e da corrupção.

Essa manifestação foi a maior de toda a história do país superando inclusive as Diretas Já e colocaram mais de 3,6 milhões de pessoas vestidas de verde e amarelo nas ruas com a prerrogativa de estarem defendendo a operação Lava Jato, mas em sua essência esse movimento assegurava a elite o seu capital e entre linhas acabava por dar forças às opiniões e ideologias opostas de extrema direita. Esta ação culminou na eleição presidencial de 2018 do então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro, defensor claro de medidas direitistas e da exaltação a força nacional militar na qual ocupava o cargo de capitão, com princípios e medidas que agradam a mesma elite que pediu o fim do governo Dilma.

Dentro desse paralelo se faz válido citar Karl Marx no ano de 1852 que diz em seu livro *Dezoito Brumários de Louis Bonaparte*: “*A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa*” ao referir ao então golpe de Estado dado por Louis Bonaparte anos depois da revolução Francesa que culminou no regime imperialista do primeiro Imperador Napoleão Bonaparte. No contexto do trabalho referido esse paralelo se situa como o Golpe de 64 sendo a tragédia e em 2016, a farsa.

Retomando o percurso constitucional ainda em 1969 foi proposta uma emenda na constituição de 1967, porém ela pouco mudou no referente ao educacional somente um ajuste dos percentuais de distribuição dos impostos arrecadados.

Contando a emenda constitucional proposta em 1969 vivemos sob a tutela de uma constituição militar por 19 anos. A próxima constituição, chamada de constituição cidadã foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988 e vigora até o dia de hoje tendo medidas que dentre outras expandiu os direitos sociais incluindo o direito à educação e a colocando sob a tutela do estado.

A constituição cidadã estabelece a educação como um direito social fundamental e apesar de estar vigente a mais de 30 anos ela recebe diversas alterações importantes nos âmbitos judiciais e referentes ao financiamento.

Ainda dentro do âmbito educacional nesses anos de vigências determinadas alterações e emendas saltam aos olhos e exaltam alguns desdobramentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição. Essa lei foi sancionada em outubro de 1996 e dentro dos documentos regulamentadores da educação é considerado o mais importante pois dentro de seus 92 artigos rege e versa sobre os mais variados temas desde a educação infantil até o ensino superior.

Em uma pequena contextualização da LDB, as Leis de diretrizes básicas da Educação foram citadas pela primeira vez na década de 30 e após esse apontamento se iniciou um contexto de disputa pelo terreno educacional que se estendeu até a década de 60. Essencialmente esses lados se dividiam entre estadistas que defendiam uma educação livre para que o cidadão pudesse retribuir e ser um benfeitor a própria sociedade criando um “ciclo do bem”. É legal ressaltar que para os estadistas não deveriam ser extintas as escolas particulares, porém as mesmas deveriam existir após a permissão do Estado.

De um outro lado dessa batalha do campo educacional existiam os liberais que pregavam em seu discurso uma visão de cidadão livre no que diz respeito aos seus direitos, incluindo a educação. Para estes o Estado não deve intervir ou sequer garantir a educação. Para estes a educação é um dever da família e a família deveria escolher dentre um grande número de escolas particulares. Desse modo o Estado deveria somente delinear as diretrizes dos funcionamentos da escola além de providenciar bolsas para aqueles que não teriam condições de pagar a educação privada.

Citando Pinto *et al.* (2018):

“A relação entre educação pública e educação privada não é neutra, já que se trata da presença dentro do campo da educação, um campo de disputas. Nesse sentido, a inserção de princípios no ordenamento legal torna tal relação coberta de tensão.”

Já em 1996, no texto da LDB (texto utilizado até os dias de hoje), após anos de debate, foi proposta uma educação mais ligada ao Estado através do apoio do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

O artigo 4º das Leis de diretrizes Básicas assegura o direito à educação e o dever de educar e rege que é obrigatoriedade do estado oferecer estudo gratuito e de qualidade desde o ensino fundamental assim como em creches e pré-escolas até os níveis mais elevados de ensino segundo a sua capacidade.

O ano de 1996, foi de muitos avanços no que diz respeito à educação. Além dos avanços na LDB foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) através da 14ª Emenda Constitucional. Sendo assim, a FUNDEF tem a função de gerir e dividir os recursos nos âmbitos estaduais e municipais com a proposição de uma universalização e municipalização do ensino fundamental buscando um ensino mais igualitário propondo o mínimo de qualidade através da assistência financeira da união.

É muito importante ressaltar que apesar da última versão da Constituição Federal ter sido formulada a 31 anos, sempre que se fez necessário novas emendas foram outorgadas e como neste trabalho estamos analisando os aspectos históricos relacionados a educação, é necessário pontuar ainda que a constituição como conjunto de leis que regem o Estado e compreendendo a educação como um Direito Social Fundamental a mesma passou por diversos momentos de desrespeito seja através de diminuição de repasses ou mesmo quando não se progride ou aprimorar suas repartições por quaisquer que sejam os motivos.

Para Ximenes *et al.* (2018):

O período de vigência do FUNDEF, contudo, foi de estagnação ou mesmo retrocessos na garantia constitucional do direito à educação, alinhados às reformas constitucionais de matriz neoliberal. A diretriz de focalização, presente nas reformas da década de 1990, resultou em menor proteção às diferentes etapas e modalidades do ensino, com graves prejuízos para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que viu a prioridade a ela conferida no texto original de 1988 ser desmontada com a retirada da obrigação de financiamento específico. Nesse contexto, o FUNDEF mostrou-se absolutamente incapaz de produzir a inclusão e a qualidade propagadas, situação agravada com o solene descumprimento do dever de complementação por parte da União entre 1997 e 2005, tudo em nome da austeridade fiscal e dá prioridade ao financiamento da dívida pública federal em detrimento da educação.

É interessante apontar que retrocessos no âmbito educacional violenta a constituição em seu sentido mais puro. Segundo o dicionário, violentar é *“Exercer violência contra; coagir, constranger: violentar os mais fracos. Contrariar as normas de: violentar a gramática, as leis.”* Uma vez que a constituição cidadã tornou o acesso ao sistema educacional um direito social fundamental. É impossível compreender o tema da

violência sem passar pelas diversas relações estabelecidas dentro e fora do ambiente escolar.

Essa relação de opressão se estabelece em um primeiro momento entre o Estado e a instituição pública quando há corte das verbas governamentais destinadas. Esses cortes têm diversos impactos não só nas instituições que geram e distribuem a verba, mas em todo o corpo educacional.

Um dos primeiros impactos nas escolas é a diminuição da qualidade do ensino oferecido. Com essa diminuição um de seus desdobramentos é o corte na infraestrutura escolar (verbas destinadas a materiais pedagógicos, material e suporte a escola integrada como ônibus de excursões, materiais para as oficinas propostas e o material esportivo) e isso tem impacto direto na vida profissional do docente.

Além da violência sofrida pela própria escola através dos cortes e o constante malabarismo com a pouca verba destinada ao aprofundar na esfera da violência na escola chegamos aos tipos de violências ocorridas na escola e na visão de Pacievitch, Thaís; Eyng, (2007):

Inserida na sociedade, a escola não está imune a violência, as quais se manifestam nas escolas com diferentes faces. O fenômeno não se restringe às escolas de periferia das grandes cidades, tão pouco se pode reduzir as violências apenas à violência física, pois essa apesar de ser a mais comum, é apenas uma dos vários tipos de violências que estão presentes nas escolas, tais como a violência psicológica (relações de poder), social (exclusão), cultural (desrespeito às diferenças), racial (racismo) e afetivo/emocional (incivilidade, Bullying), entre outros, que envolvem inclusive a estrutura física da escola (vandalismo).

Em seu livro *EDUCAÇÃO como Prática da LIBERDADE*, Paulo Freire vai mais fundo e interpreta que a (FREIRE, 1967): *“violência é toda relação de dominação, de exploração, de opressão, que se faça através de meios drásticos ou não. É a um tempo, desamor e óbice ao amor.”*

Para que haja uma situação de dominação ou exploração, aliás, para falar de violência é necessário tratar e compreender as relações de poder e controle. Estas relações são oriundas de um desequilíbrio na relação de poder seja ela física, moral, financeira, verbal e/ou de conhecimento e pode ser de maneira explícita ou implícita.

A violência implícita dentro das relações de poder estabelecidas são chamadas de violência simbólica. Segundo a teoria de Bourdieu, a violência é retratada em um plano simbólico, do discurso, mental, invisível e cognitivo, mas de maneira nenhuma exclui-se

que através da violência simbólica ocorra um transbordar para o campo físico, verbal ou moral.

Para retratar a violência simbólica vamos trabalhar com um conceito proposto por Rosa, (2007, p 40):

A violência simbólica representa uma forma de violência invisível que se impõe numa relação do tipo subjugação-submissão, cujo reconhecimento e a cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa que se manifesta sutilmente nas relações sociais e resulta de uma dominação cuja inscrição é produzida num estado dóxico das coisas, em que a realidade e algumas de suas nuances são vividas como naturais e evidentes. Por depender da cumplicidade de quem a sofre, sugere-se que o dominado conspira e confere uma traição a si mesmo.

Essas violências acima citadas são parte do cotidiano da escola e dentro das suas paredes ocorrem situações exemplos que nos permitem ter uma visão mais clara da violência e seus desdobramentos mesmo compreendendo a mesma como um conceito multifatorial de ordem biológica, social, econômica, política e familiares.

2.2 O Programa Escola Integrada da Rede Municipal de Ensino/ BH

O programa Escola Integrada (PEI) surgiu na Rede Municipal de Belo Horizonte no ano de 2006 com o intuito de promoção da educação integral e entendendo que os sujeitos participantes são diversos e plurais. A partir disso podemos reconhecer a cidade como um ambiente educador com a participação de diferentes atores do estado e dos civis nos processos educativos.

O PEI foi criado com o objetivo de um desenvolvimento integral das crianças e adolescentes em seus territórios. Essa iniciativa surgiu através do Projeto Comunidade Integrada (PCI) que nasceu do reconhecimento de determinadas políticas públicas territoriais praticadas por várias secretarias do município de Belo Horizonte.

Com o PCI houve a possibilidade de formação de agentes públicos de diversas secretarias temáticas e fundações municipais no intuito de reconhecimento do território de atuação e com isso os participantes começaram uma mobilização da comunidade em torno da garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

O entendimento de direito infantil e do adolescente é relativamente novo. Ver e compreender a criança como um sujeito de direito, dignidade e vontades como as

gerações adultas surgiu na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e foi aprovada pela Assembleia das Nações Unidas no ano de 1989.

Essa nova concepção proposta alterou a visão da criança como protótipos de adultos e sem voz ativa, de infância marcada por repressão e violência, soberania dos adultos e o trabalho infantil para uma concepção de proteção integral que é amparada pelo Estado e pelo Estatuto da Criança e do adolescente devendo alcançar o interesse da criança em suas ações, protegendo e evitando prejuízos aos aspectos de seu bem estar, zelar pelo diálogo e buscar sempre ensinar e disciplinar. Desse modo a criança começou a ser vista como ser cidadão e promessa de um futuro melhor.

Além da implementação desse novo conceito da criança e do adolescente o PCI começou a trabalhar com a ideia de uma cidade educadora que originalmente nasceu na Espanha com a elaboração de uma Carta das Cidades Educadoras escrita em 1990 que visava o desenvolvimento e progresso de todos os pertencentes aquele território além do reconhecimento e identificação de seus cidadãos.

Porém, a base da educação integral nasce no ano de 1940 através do então Ministro da Educação e Saúde Anísio Teixeira, um inovador. Desde aquele tempo já pensava a educação como um direito de todos além de inovar o conceito de educação de classes populares nos espaços da cidade, alterando assim a maneira como o cidadão lidava com a sociedade e fazendo-o parte de todo o processo e atribuindo a ele responsabilidades. Foi aí então que nasceu a ideia da criação de Escolas-Parque.

As Escolas-Parque iniciaram no bairro Liberdade no Centro Educacional Carneiro Ribeiro no ano de 1951 e tinham o intuito de educação voltada ao trabalho por meio de oficinas como cita Nunes (2000)

Nela, as práticas escolares estavam organizadas no setor de trabalho destinado às artes aplicadas, industriais e plásticas; no setor recreativo ou de educação física: jogos, recreação e ginástica; no setor artístico: teatro, música e dança; no setor de extensão cultural e biblioteca: leitura, estudo e pesquisa e no setor socializante: grêmio, jornal, radioescola, banco e loja.

Através dessa medida proposta em Salvador podemos ler em suas ações a defesa pela democracia. Para Nunes (2000) *“O caráter dessa intervenção é de capital importância para compreender a sua defesa da democracia, já que, ao lidar com a heterogeneidade, não o fez [...] de forma a identificá-la como decorrente da carência de atributos intrínsecos do sujeito pobre”*.

Além destas, Anísio Teixeira compreendia a heterogeneidade como ampliação do número de matrículas, aumento dos números de vagas para aqueles com baixa renda e visava incluir nas escolas uma educação não somente geral mas ampliando essa cultura através de oficinas, excursões e mesmo que seu pensamento na época estivesse voltado para a cultura e prática do trabalho essa ideia de ampliação de uma jornada estudantil através de uma educação integral do sujeito proporcionada pelo Estado dando condições de permanência tais como alimentação, higiene e cidadania permanecem até os dias de hoje.

Essas e outras medidas além de mostrar o caráter democrático de Anísio também ampliaram as possibilidades dos menos favorecidos e crianças e adolescentes de classes populares para ingressar na escola pública e lhes proporcionou a concepção de indivíduos que gozam de seu direito à educação, cidadãos.

Para Andreoni *et al.* (2008) pensar em uma cidade educadora é pensar um modo de gestão local que promova e garanta condições de desenvolvimento integral aos seus cidadãos dentro de suas qualificações e talentos, ou seja, uma gestão voltada para descobrir potenciais do território e ampliar o capital social e humano pela ação educativa.

Dentro desse raciocínio podemos compreender o cidadão como um colaborador e corresponsável de seu território através da participação no intuito de criar, em breve, uma sociedade civil forte. Esses são alguns pontos que qualificam uma cidadania participativa. Tornando o cidadão um “dono” daquele espaço em que vive no intuito de, em breve, fortalecermos nosso território, nossa cidade e com isso nos tornarmos mais envolvidos e engajados provocando maiores alterações e tendo cada vez mais voz ativa na sociedade como um todo.

A partir de uma cidadania participativa e a participação ativa em ambientes de decisões a respeito do próprio território ocupado acaba qualificando uma democracia participativa pois estes possuem capacidades de mediar, partilhar se posicionar escutar e respeitar a decisão coletiva visando o bem comum.

Todo este processo só foi possível após a descentralização político-administrativa e a liberdade e autonomia proporcionada através de políticas públicas de atendimento visando os territórios como foco de ação. Tem-se a população apresentando um forte envolvimento após sua implementação.

Cada território é educador em uma perspectiva de desenvolvimento integral do cidadão e, no intuito de fomentar o sentimento de pertencimento àquele local, gera-se um

trabalho em grupo, uma ação coletiva que forma as gerações futuras com os mesmos valores através da própria comunidade.

Em Belo Horizonte atualmente recebemos por exemplo algumas iniciativas de políticas públicas com essas diretrizes, sendo elas Escola Plural, Escola Integrada e a Comunidade Integrada e todas estas são consideradas Políticas de Educação Integral uma vez que reconhecem a educação como oportunidade de aprendizado e o exercício da igualdade.

Essas iniciativas ocorrem a partir de um diálogo com a LDB de 1996 que em seu artigo 87 no quinto parágrafo expõe que *“Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral”*.

Segundo a Prefeitura de Belo Horizonte (2017) sobre PEI *“O programa se faz, atualmente, presente nas 173 escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação, ampliando a jornada escolar diária e as dimensões educativas da escola para cerca de 50.000 estudantes, a partir da adesão ao Programa por suas famílias”*.

Com a Escola Integrada à Prefeitura de Belo Horizonte consegue ampliar a jornada escolar propiciando ao aluno 9 horas diárias de atendimento indo muito além da jornada regular de ensino. Das horas em que as crianças estão sendo atendidas na Escola Integrada lhes são proporcionadas 2 oficinas de 90 minutos cada com temas variados e sendo ministrada muitas vezes por pessoas do próprio território. Para mais, cada escola tem a autonomia para decidir quais serão e quais os momentos em que cada uma das oficinas serão ministradas.

2.3 O Programa Escola Integrada na Escola Municipal Anne Frank

Este capítulo tem como objetivo caracterizar a Escola Municipal Anne Frank pincelando um pouco do seu histórico a relação entre a EMAFK e a comunidade, explicar como se deu a entrada do PEI, suas oficinas e os percalços durante os 9 anos de implementação dele.

A Escola Municipal Anne Frank está localizada na Rua K, número 445 no Bairro Confisco, região de alta vulnerabilidade da região da Pampulha em Belo Horizonte, área limítrofe com a cidade de Contagem.

Por estar situada neste local acaba por atender quase que majoritariamente a população de Contagem e tem autorização de funcionamento do 1º, 2º, 3º Ciclos do Fundamental e a EJA (Ensino de Jovens e Adultos). Com isso a escola tem seu horário de funcionamento das 7:00 às 22:15h, e segundo o último Censo Escolar/ INEP 2018 que é um censo de levantamento de dados estatísticos da educação através de dados fornecidos pela própria escola, que ocorre anualmente e analisa desde a infraestrutura da escola até o rendimento escolar dos seus estudantes. Este aponta um total de 84 funcionários atuando na Escola, 820 alunos discriminados entre 353 do 1º ao 5º ano, 238 do 6º ao 9º, 209 no EJA e 20 na Educação Especial.

A EMAFK foi fundada em 6 de Novembro de 1991 e o nome Anne Frank se dá em homenagem a menina judia que viveu na Holanda nos primeiros anos da Segunda Guerra mundial onde ocorre uma invasão nazista forçando os judeus a se esconderem. Nesse contexto ela escreveu um diário em um refúgio judeu chamado no livro de *Anexo Secreto* até o campo de concentração onde acabou por falecer antes mesmo de atingir a maioridade. Hoje em dia esse livro é um Best Seller mundial que se transformou em peças de teatro e filmes que trazem ao espectador um panorama do contexto histórico vivido por Anne, sua família e amigos mas também mostra diversos ideais como a confiança, persistência, a opção de ver o ser humano mesmo em um ambiente hostil e desumano como bom em sua essência, esperança no futuro, mas principalmente a tolerância, justiça, respeito a si e ao próximo e traz também a ideia e ambição pela liberdade.

Ao longo dos seus 28 anos a escola foi inúmeras vezes premiada. Dentre estes se destacam:

Em 2009, a escola, através do Projeto Anne Frank Viva, recebeu o Selo Escola Solidária, do Instituto Faça Parte, em parceria com o MEC, Unesco e UNICEF, este prêmio reconhece projetos da Educação Básica.

Em 2011, a escola recebeu O Selo Escola Solidária, através do Projeto Bosque da Paz.

Em 2012 A Escola foi convidada pela Confederação Israelita do Brasil (CONIB) para ir a Amsterdã na Holanda conhecer o campo de concentração que a família Frank foi forçada a ficar, os memoriais e museus que expõem a história de Anne Frank.

Foi também Vencedora na categoria Educação Formal com uma história em quadrinhos do Confisco onde o enfoque foi o pertencimento e a identificação com a

região. Este trabalho premiado 5ª Edição do Prêmio Nacional em Educação em Direitos Humanos promovido pelo MEC com o trabalho Entre o Diário de Anne Frank e a História em Quadrinhos: Estudantes Construindo a História de um Bairro, o prêmio de Escola Transformadora concedido no ano de 2016 pela Fundação Ashoka através do Projeto Anne Frank Viva nascido em 2008 que propõe uma análise sistemática do Holocausto e da vida e família de Anne Frank.

Segundo Ashoka (2016):

A partir desses materiais, as crianças são apresentadas às questões de justiça, igualdade, respeito, diversidade étnica e cultural e direitos humanos. Por meio do projeto, os alunos aproximam-se da história de vida de Anne Frank, inspirando-se e transpondo muitas das vivências da pequena menina judia para as particularidades de seus cotidianos, muitas vezes marcados por relações de conflito e violência

É importante salientar que o Projeto Anne Frank nasce do interesse e curiosidade dos alunos pelo nome da escola e a partir desse interesse a história de Anne Frank foi entrelaçada com a momento histórico da Segunda Guerra, o nazismo e através de relatos como o diário de Anne Frank a vivência daqueles que estiveram envolvidos nas invasões e o que esses momentos históricos proporcionam aos cidadãos. Ou seja, o Projeto aproximou os estudantes do conhecimento e o projeto fora usado como ferramenta para alcançar o conhecimento.

Trazendo essa história de superação da violência e os princípios pelos quais foram passados através da vida de Anne Frank houve por parte dos alunos uma empatia daquilo que vivem. Ora, a escola se localiza em uma região de alta vulnerabilidade e isso implica nas diferentes violências e outros problemas sociais que aqueles expostos a essa realidade passam diariamente. Então para que se promova ali um cidadão crítico, autônomo e prestativo em uma sociedade é do papel da escola promover debates e reflexões a respeito das questões sociais, seus impactos, como, quais e quando devo fazer uso dos direitos que os cercam aqueles envolvidos nos processos educacionais.

É impossível retirar a escola de um contexto em que está inserido enquanto sociedade e o tempo todo a cultura daquele espaço se faz presente no dia a dia daqueles que atuam no ambiente escolar. Porém, é certo dizer que é através das mediações dos conhecimentos e as reflexões propostas pela escola que se alteram sociedades corrompidas e ou violadas. Ainda nesse espaço e através desses personagens do

ambiente escolar que enalteçemos e compreendemos o que aquela cultura e os personagens daquele território trazem de melhor.

Essa afirmação corrobora com as ideias do autor Michael Young (2007) na obra “Para que Servem as Escolas?” que ressalta que um currículo só tem qualidade quando as práticas pedagógicas e os conteúdos científicos ali apresentados provoca no estudante um desejo de caminhar para uma realidade e circunstâncias melhores as que lhe foram apresentadas.

É nesse contexto que a Fundação Ashoka ao condecorar a EMAFK como uma Escola Transformadora em seu site fez questão de enaltecer a frase da então diretora Luciana Pires *“A escola é a sociedade. A escola é a comunidade. É da comunidade e para a comunidade. Para que existe uma escola se ela não tem essa função?”*.

Essa fala mesmo que curta é muito carregada de conteúdo, ao analisarmos mais a fundo Luciana Pires caminha do sentido macro de sociedade que dita ser um coletivo de seres humanos vivendo em coletividade com um certo nível de organização e ali ela faz um paralelo como se esse conceito fosse reproduzido na escola. Em seguida ela avança em camadas e coloca a escola como a comunidade, ou seja a mesma sociedade porém agora com um espaço geográfico definido com indivíduos que interagem entre si trazendo a ideia de um pertencimento, ou seja, a escola pertence aquele território e os indivíduos que por ali passam interagem entre si e são parte daquele espaço.

Mais adiante em sua fala Luciana ressalta que a escola é da comunidade e para a comunidade e se não for para ser dessa maneira ela perde a sua função uma vez que a essência da escola é causar transformações no seu entorno através daqueles indivíduos que nela tem acesso a uma educação integral visando formá-los enquanto cidadãos fomentando o debate e assim compreendendo o mundo de maneira crítica.

Essa relação estreita entre a comunidade de alta vulnerabilidade do Confisco e a escola se dá desde antes de sua fundação. De acordo com o PPP da escola com o surgimento da escola houve um suporte ao Movimento Social dos Sem Teto. Cujos os primeiros moradores da região estiveram acampados na Igreja São José durante 6 meses. Dessa luta comum da escola e destes até então sem teto resultou na doação de ¼ dos lotes na antiga fazenda do Confisco e de materiais de construção para as casas, construídas a partir de um mutirão. Desde então toda ação de lutas por direitos passa direta ou indiretamente como o envolvimento do corpo docente e discente na reivindicação de transporte público, asfaltamento e mais segurança para seus moradores.

De fato a EMAFK e os personagens que a compõe desde os primórdios possuem uma relação visceral com a sua comunidade e servem de exemplo para toda e qualquer Instituição Escolar pois as melhorias que houveram e as atuais batalhas do dia a dia com a comunidade que a cerca são fruto de um diálogo profundo com a escola e é através desse diálogo que se fazem possíveis requisitos de mudanças e como já falado, mudanças essas não somente no campo educacional mas também de saúde, condições de moradia e tudo o que cerca as condições necessárias para que um indivíduo seja um cidadão crítico, autônomo e resiliente. Se isso não é um exemplo de educação integral dos sujeitos, eu não sei mais o que seria.

Nestes 28 anos as lutas foram muitas, porém houveram grandes vitórias como explicitado no Projeto Político Pedagógico ao relatar que na última década o bairro Confisco com a extensão das redes de esgoto, água, luz e telefone, a chegada novas linhas de ônibus e a limpeza pública. Com o somatório dessas vitórias aumentou também o comércio, a visibilidade do bairro e a população na região. Tais mudanças acarretaram no aumento da vulnerabilidade social na qual as crianças e jovens são diariamente expostas a riscos com armas de fogo, drogas e diversos tipos de violências como por exemplo tiroteios e toques de recolher propostos por “grupos” como são tratados no PPP, que como medidas protetivas no intuito de afugentar e amedrontar os moradores da região e entorno além de estabelecer domínio sobre aquele território que também é utilizado pela escola mas que constantemente estava sendo utilizado por estes “grupos” expondo as crianças a situações desnecessárias e gerando pânico nos responsáveis pela turma e moradores de seu entorno.

Essa é a realidade vivida no entorno da Escola Anne Frank, realidade essa que transpõe os muros da escola provocando com elas situações de desobediências, desrespeitos aos funcionários e diferentes brigas por questões que não se iniciam no espaço da escola. Como medida de proteção a EMAFK organizou uma comissão de prevenção composta por uma liderança comunitária dos dois municípios que cercam o Confisco, a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, a Polícia Militar, Secretaria Municipal de Segurança e Educação, o Programa Rede Pela Paz e a Gerência de Educação (GERED) da Pampulha.

A Partir disso, são realizadas mensalmente reuniões com o enfoque de planejar e executar ações que promovam a paz e a segurança da região, prevenção de drogas dos estudantes e o Projeto de Educação Ambiental para o Parque do Confisco. Esses projetos

envolvem a EMAFK, a Escola Municipal Alice Nacif e também a Fundação de Parques e Jardins. Com isso, houve um reforço do policiamento, a escola passou a oferecer o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) a Força Jovem com o apoio da GERED e a Gerência de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania começou a se apresentar por toda a cidade ganhando alcance de mídias como a Rede Globo que passou determinadas apresentações no programa MGTV e a Polícia Militar começou uma oficina de Percussão na Escola Integrada no intuito de aproximação da figura do policial com os jovens e crianças.

Uma das iniciativas que sustentam a Educação Integral é o desenvolvimento integral do sujeito, sentimento de pertencimento e todos os conceitos anteriormente passados. Essa iniciativa requer uma articulação muito próxima entre os agentes públicos e a sociedade que a cerca. Nesse sentido a PBH segundo análise das atas implanta em 15 de abril de 2010 ^{com} as oficinas¹ de Letramento/Matemática, Inglês/Apoio, Informática, Programa Segundo Tempo, Intervenção Artística, Teatro e Acompanhamento Pedagógico. Dentre essas oficinas é necessário explicar a ausência da oficina de esportes.

Desde o ano de 2003 a partir de um trabalho em conjunto o Ministério da Educação e do Esporte e Lazer com a inclusão do Ministério do Esporte do Governo Lula nasceu a iniciativa federal Programa Segundo Tempo e este foi implantado segundo seus objetivos nas escolas cujos jovens e crianças atendidos fossem expostos a riscos sociais. Como corrobora (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017) o PST *“visa democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social.”* Dessa forma, através do PEI o Programa Segundo Tempo foi implementado na Escola Anne Frank e ali vigorou até o ano de 2017 e segundo os registros e relatos das atuais gestoras do PEI na EMAFK logo após o fim do PST a Escola Integrada assume o esporte como oficina e permanece até o dia de hoje.

Traçando um breve paralelo, em abril de 2010 como anteriormente citado havia 4 oficinas e o PST atendendo 100 alunos e contava com 10 monitores. Atualmente, o PEI atua² com 8 monitores e 1 coordenadora nas oficinas de Tecnologias Educacionais,

¹ Levantamento a partir da Matriz Curricular de Dezembro do PEI.

² Estes Dados foram levantados a partir da leitura do Mapa Mensal de Atividades do GEDC-Programa Escola Integrada do período de Dezembro/2016

Intervenção Pedagógica de Matemática, Jogos e Brincadeiras, Percussão, Dança de Rua, Acompanhamento Pedagógico/ Apoio, Taekwondo, Esporte e Lazer, Artesanato Popular, Intervenção Pedagógica de Alfabetização/Letramento, Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos, Musicalização e Canto, Coral.

O Programa Escola Integrada na EMAFK funciona hoje em diversos espaços além da escola como a praça central do confisco, o zoológico e alugava espaços possíveis para a utilização da bateria. Mas com o significativo corte de verba, o PEI precisou cessar o aluguel do espaço utilizado pela bateria e diminuir o número de atendimento que anteriormente era de 400 alunos para 250 inscrições.

Tal diminuição gera diversos regressos nas conquistas obtidas e nos faz refletir sobre quais os espaços essas crianças têm ocupado senão o da escola, em quais companhias estão e sob a tutela de quem essas crianças e jovens tem ficado nos períodos que anteriormente se ocupavam com o PEI.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a presente pesquisa foi utilizado o posicionamento metodológico Qualitativo. Segundo (OLIVEIRA, 2008) “*O estudo da experiência humana deve ser feito, entendendo que as pessoas interagem, interpretam e constroem sentidos*”. Sendo assim ao investigar a relação existente entre a entrada do programa Escola Integrada com um determinado grupo de pessoas inseridas em uma determinada sociedade como a do Confisco, buscase compreender as interpretações e a construção de sentidos do que é violência e como ela vem diminuindo a partir dessa interação social com o programa.

Como citado anteriormente, busca-se compreender uma relação específica entre uma parte específica da sociedade e para isso opta-se pela utilização do estudo de caso. O estudo de caso é um modelo metodológico que visa compreender um fenômeno mais complexo que ocorre em um espaço preestabelecido, levando em conta o contexto que aquele objeto se situa e a opinião dos envolvidos.

Dentro desse modelo o objetivo central é a proposição do diálogo entre o tema para que tenhamos avanços no que se diz respeito ao conhecimento do caso, o embate entre as teorias já existentes dentre este tema e o assegurar dos impactos do programa na visão daqueles que participam ativamente da sua execução e pensam as diretrizes do programa.

Essa pesquisa foi dividida em três partes. Em um primeiro momento foi feito um levantamento das literaturas envolvidas com essa temática e os autores relevantes que suportam as teorias aqui apresentadas.

No segundo momento chegou-se à conclusão de que o melhor caminho metodológico a ser seguido era o estudo de caso e para alcançar respostas foi elaborado um questionário aberto e o mesmo foi aplicado para os sujeitos alvos dessa pesquisa.

Segundo Mattos, Júnior, & Rabinovich (2017): “*Uma das grandes vantagens das perguntas abertas é a possibilidade do entrevistado responder com mais liberdade sem ter de marcar uma alternativa imposta pelo pesquisador, expondo sua opinião sobre o tema.*”

Foram aplicados 24 questionários abertos. Desses, 15 entre gestores da Secretaria Municipal de Educação (SMED) com envolvimento direto com o Programa Escola Integrada e os outros 9 questionários aplicados foram diretamente na execução. Monitores, professores e Coordenação do Programa na Escola Municipal Anne Frank

(EMAFK). Além disso, utilizou-se de análise documental dos registros da escola e da Secretaria Municipal de Educação e o registro escrito de conversas informais realizadas com docentes e coordenadores do programa na EMAFK.

Para finalizar no último momento da pesquisa os dados apontados pelo questionário foram analisados.

Para Bardin (2009):

A análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. Desta forma, a técnica é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos.

Para compreender o impacto requerido na pesquisa e os discursos dos envolvidos de alguma forma no programa fora montado um questionário com 10 questões abertas discursivas abordando as posições ocupadas no programa.

Esse estudo usou de um questionário, que, segundo Moresi (2003) *“é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. O questionário deve ser objetivo e limitado em extensão.”*

O mesmo foi aplicado para os gestores da Secretaria Municipal da Educação envolvidos com a estruturação e a manutenção do Programa, para os coordenadores, professores e monitores da Escola Integrada na Escola Municipal Anne Frank buscando compreender suas visões a respeito do tema da violência e sua relação com o tempo de permanência na escola, do foco do programa que é a construção da cidadania em seu conceito mais profundo de ser pertencente a sociedade e como se dá a relação dos participantes do programa com o próprio território do confisco.

É importante salientar que todos os participantes foram voluntários após a exposição da pesquisa e do intuito da mesma, além de assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4 DISCUSSÃO DE DADOS

No presente estudo foram analisados um total de 24 questionários sendo eles 15 dos gestores da Secretaria Municipal de Educação e 9 contendo a opinião dos agentes do PEI na Escola Municipal Anne Frank que neste bloco serão tratados como Agentes PEI/EMAFK. A partir dos questionários que mostram as opiniões dos entrevistados buscou-se convergências e divergências nas percepções dos mesmos a respeito dos temas das perguntas do questionário a luz do que é proposta do Programa Escola Integrada.

O questionário foi pensado em 3 grandes blocos: Formação Complementar e sua relação com o currículo regular, Violência e suas relações com o programa e Como o programa contribui para a formação do cidadão.

Em um primeiro momento é pedido que o voluntário discorra sobre o objetivo do aumento do tempo de permanência do aluno na escola e qual a sua visão sobre a formação complementar além da sua relação com o currículo regular da escola.

Ao ter acesso as respostas dos gestores e agentes da escola EMAFK quando questionados sobre o objetivo do aumento do tempo de permanência na escola houve alguns padrões de respostas explicitando uma preocupação com a família no sentido de onde deixariam os seus filhos enquanto estão no trabalho como podemos ver nos relatos abaixo:

Necessidade da família que precisa trabalhar. As crianças não devem ficar na rua.
Gestor SMED

É importante porque enquanto os pais trabalham, seus filhos estão seguros dentro da escola e ainda tem oficinas para ocupar tempo ocioso de cada um.
Agente PEI/ EMAFK

Ainda nesse bloco foi apontado a importância da escola que proporciona um acolhimento e através das oficinas oferecidas que ampliam o conhecimento do aluno, sua visão de mundo, como são construídos cidadãos responsáveis através dessas vivências e experiências vividas como podemos ver nos relatos:

Proporcionar aos estudantes novas possibilidades, vivências e experiências que corroborem para sua formação integral como sujeito e cidadão” Gestor SMED

Acho importante, quanto mais crianças dentro da escola, recebendo educação de qualidade, mais possibilidade de adultos mais responsáveis. Agente PEI/ EMAF

Salienta-se que, após uma década do início do Programa Escola Integrada, mesmo considerando todos os seus méritos e aprimoramentos que vem tendo além da história já construída, o mesmo não deve mais ser entendido como formação continuada e sim como formação integral do sujeito. É um conceito novo e atual que foi passado pelos Gestores da SMED em conversas informais e correções no momento de responder ao questionário.

Quando perguntados se o PEI possui um viés social, a resposta foi unânime e positiva. Inclusive várias falas atrelaram esse viés social a utilização dos espaços e as relações que nele ocorrem o que atesta o sucesso do programa pois o cerne central do programa é o desenvolvimento integral do cidadão através das relações estabelecidas com o seu território e a comunidade.

Sim. O programa tem como principal marca a inclusão dos estudantes e busca desenvolver ações que promovam a intervenção no território, fato que contribui para fortalecer a identidade do estudante e pertencimento a comunidade e a cidade. Gestor SMED

*Sim, pois trabalha a interação e a socialização das crianças na sociedade.
Agente PEI/EMAFK*

Destaca-se também um relato de um gestor da SMED que ressalta que o Programa é uma política pública no campo da educação estruturada através de propostas, diretrizes e ações. Posteriormente ela destaca que a educação traz em seu cerne a transformação:

[...] É uma política pública, é um projeto com propostas, diretrizes, ações, produtos bem estruturados. A educação traz em seu cerne a transformação. Gestor SMED

Essa afirmação é muito pesada no sentido das políticas públicas educacionais que tem como objetivo a transformação dos indivíduos que pela escola passam. Entender a

educação como transformadora é pensar que não podemos educar de maneira passiva somente aplicando conhecimentos previamente adquiridos mas pensar no contexto político e como teremos impacto na sociedade através das ações coletivas e do pensamento crítico propondo debates acerca do modo de pensar, da moralidade envolvida nos nossos atos e assim podemos sim transformar indivíduos, formando cidadãos críticos e ativos em seu contexto social.

Além desses relatos dos agentes do PEI/EMAFK, aparece como viés social a abordagem de temas como a violência nas oficinas e a importância do trato desse tema como auxílio. Uma vez provocada a discussão a respeito do tema, o debate sobre nossos direitos, onde podemos identificar essas violências, a sua recorrência e quais tipos de sujeitos tendem a ser alvos, a quem devemos recorrer além de suas causas e efeitos nas vítimas.

Estes debates provocam alterações de comportamento nesses indivíduos o que gerará naquele espaço com o passar do tempo e a devida manutenção desse debate uma sociedade mais consciente acerca desse tema, logo promovendo uma sociedade menos violenta.

O Projeto Escola Integrada promove várias formas de ajudar o aluno na interação e socialização com temas como etnia racial, bullying, discriminação racial ou preconceito. É preciso empatia. Agente PEI/EMAFK (adaptado)³

É interessante pontuar que incentivar esse tipo de discussão é um objetivo do PEI e o fato do tema violência estar presente de maneira direta ou indireta nos relatos dos indivíduos que lidam com a prática e a aplicabilidade do programa em seus objetivos, intenções e experiências nos faz refletir sobre como situações de violência são parte desse cotidiano e a importância do trato desse e de outros temas que o cercam em áreas de vulnerabilidade como o Confisco.

Ressalta-se que a partir da leitura dos questionários os voluntários apresentaram um bom conhecimento do conceito de violência e em sua maioria percebem uma relação próxima e direta entre a educação integral dos sujeitos e a diminuição da violência com o destaque para o relato de um monitor morador da região que enfatiza:

³ Foi feita uma reescrita da resposta mantendo o conteúdo, porém realizando algumas correções gramaticais

Olha, como eu mesmo moro muito perto dos alunos, eu vejo que eles gostam muito de estar nesse Programa. Isso tirar eles das ruas e das drogas.

O programa aqui é visto como um escape para os esquemas de violências estruturalmente impostos pela sociedade como um todo e por essa determinada população. É curioso como a partir de um desenvolvimento de uma política pública educacional abraçada e em constante diálogo com a família e comunidade tem impactos tão profundos em uma sociedade e essa tem desdobramentos em outros campos sociais como a relação do cidadão com o outro, deste com a sociedade, o ganho de capital cultural, fortalecimento daquele território e o impacto na violência em todas as suas formas.

Quando perguntados sobre as ações propostas pelo PEI para que os alunos não se envolvessem em situações de violência as respostas foram complementares. Enquanto os gestores estão preocupados com os métodos e buscando tratar o assunto através da exposição as diversas artes que abordam o tema, as dinâmicas aplicadas e os valores passados pelo esporte os Agentes PEI/EMAFK não deixam de lembrar desses métodos porém propõe algo mais orgânico pois pensam em seu dia a dia e os remetem às situações vividas na escola propondo então rodas de debates, aconselhamentos que ocorrem muitas vezes dentro desse momento de brincadeira e dos esportes.

Em outro momento lembram o quão a Escola é aberta para a comunidade e exalta o seu papel de aliviar os alunos de uma realidade complexa e vulnerável. Pensam em oferecer aos alunos e envolvidos “o mundo mágico da escola integrada” como aparece em um dos questionários além de mostrá-los a moralidade através do exemplo. Segundo os agentes a soma de todos esses fatores somado ao “monitoramento” da vida desses alunos no ambiente escolar e procurando saber da vida desses alunos fora do muro da escola são auxílio na mudança de comportamento das crianças e jovens o que diminui as chances destes se envolverem em situações de violência.

Na última parte do questionário busquei entender a maneira que o Programa altera a vida e como ele contribui para a vida dos cidadãos. Houve mais uma vez um alinhamento diante das respostas, porém em diferentes níveis de profundidade no quesito relacionamento. Para os gestores da SMED a formação do cidadão é feita através do vínculo do indivíduo com o outro e a relação deste com o território que pertence. A cidadania então é construída a partir das vivências e experiências proporcionadas pelo

PEI ao longo das oficinas e dos reforços escolares visando um sujeito integral. Já para o agentes do PEI/EMAFK esse se dá também pelos espaços e vivências mas dentre os relatos destes o que mais aparece são as relações com a heterogeneidade de indivíduos que são expostos, a moral dos envolvidos com o processo e o exemplo dos monitores, o estreitamento dos laços através do tempo e o envolvimento da escola com a família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o movimento de pesquisa foi possível compreender mais a fundo o pensamento dos personagens envolvidos no PEI desde aqueles que tem como papel nortear o pensamento e a implementação de determinadas práticas ou políticas públicas sendo a parte mais ampla do processo até a visão daqueles que estão “na ponta” do processo, que vivem essa implementação e as fazem segundo os princípios propostos além de perceber como são compreendidas e tratadas temas tão complexos que assolam a escola como a violência e suas várias formas de manifestação.

Partindo das análises dos relatos, o contato com os documentos apresentados na SMED e na EMAFK desde seu PPP, até os mapas de ação do programa, restam mais perguntas do que respostas. Foi possível evoluir uma visão rasa e generalizada da violência para uma compreensão da mesma como um problema social multifatorial. Isso vale também para a compreensão das políticas públicas educacionais.

Entender desde o seu histórico, ver tudo o que a educação passou no campo judicial e pensar que diante das batalhas travadas entre governos, as disputas entre a educação pública e privada em todos esses anos haviam ali no meio disso tudo cidadãos brasileiros à serem formados e os impactos que estes sofreram em suas vidas ajuda a compreender melhor as gerações anteriores e em um certo nível compreender seus posicionamentos.

Tratando ainda das análises dos questionários buscou-se traçar falas complementares entre os gestores e agentes do PEI na escola e confronta-las com os objetivos e ideais do programa, compreender se mesmo nas áreas de risco e alta vulnerabilidade como é o caso do Confisco essas políticas públicas estavam surtindo efeito. É muito importante ressaltar que o sucesso deste programa na rede municipal de BH se dá também pelo alinhamento do discurso de seus pertencentes. E de fato, segundo os relatos daqueles que lidam com as situações de violência ou com as consequências das repetições dessas situações diariamente as ferramentas para abordagem desses temas complexos como as oficinas e a estratégia de criar laços com a comunidade e seus espaços têm sido sim efetivas. A partir dessas ações e dos debates propostos a violência vem ao passar do tempo diminuindo e perdendo força no território do Confisco o faz crer em uma futura cultura de paz a ser vivida. Estamos neste caminho.

Além disso, através dos relatos e conversas informais com os gestores da SMED, o próximo passo do PEI é buscar uma estratégia para cuidar da família que recebe o estudante. Ela que está recebendo este indivíduo que hoje volta para a casa cada dia mais cuidado, com visão mais crítica o que indica a efetividade desse programa, porém, muitas vezes, acaba não sendo compreendido em casa. Logo, o pensamento tem sido no viés de trato da família no sentido de a escola oferecer suporte emocional e intelectual da família para que os questionamentos tratados com as crianças na escola alcancem também os responsáveis de maneira direta.

Desse modo, o presente trabalho agrega à sociedade o ampliar o olhar e paixão pela escola pública que é um direito de todo o cidadão brasileiro e deve sim ser de total responsabilidade do Estado para que se garanta o acesso daqueles indivíduos que não tem condições financeiras para alcançar de outra maneira. Além disso, esse e os estudos anteriores a este mostram que a educação ofertada pelo estado é sim de qualidade e os profissionais que na rede pública trabalham são qualificados em demasia além de serem expostos diariamente a diversas realidades sociais que nos mostram a necessidade da entrada de políticas públicas de amparo, políticas públicas voltadas a direitos fundamentais básicos que salvem pessoas em situações de vulnerabilidade. É na escola pública que a política pública educacional se materializa e a sua necessidade é palpável e gritante no dia a dia.

O acesso à educação de qualidade oferecida pelas escolas públicas é um direito social fundamental. Desse modo a mesma deve ser defendida e motivo de orgulho para todo cidadão brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANDREONI, BRUNO; NILSON, LÚCIA HELENA; BORGES, MÁRCIA; FERREIRA, STELA; HASSENPFUG, W. N. **Comunidade Integrada: a cidade para as crianças aprenderem**. Prefeitura de Belo Horizonte, 2008.

ARAÚJO, A. P. (s.d.). **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. Disponível em InfoEscola: <https://www.infoescola.com/historia/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/>. Acesso em 09 Março 2019.

ASHOKA, F. (2016). **Escolas Transformadoras - Escola Municipal Anne Frank**. Disponível em Escolas Transformadoras: <https://escolastransformadoras.com.br/escola/escola-municipal-anne-frank/>. Acesso em 05 Jun. 2019.

BECKER, K. L. **Uma análise econômica da relação entre a educação e a violência**. Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" 2012.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL, S. F. (16 Jun. 1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Distrito Federal, Brasil: Senado Federal Brasil. Acesso em 9 de Maio de 2019, disponível em Educação Integral . org: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>

ENSINO, D. DE. **A Escola De Tempo Integral Na Legislação Brasileira Como Possibilidade De Construção De Política De Educação Integral**. The Integral Time School in Brazilian Legislation As a Possibility of Construction of. 2017. p. 438–449.

FRANK, Corpo Docente da EMAFK. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Anne Frank**. Belo Horizonte, Brasil: Prefeitura de Belo Horizonte, 2016.

FREIRE, P. EDUCAÇÃO como prática da LIBERDADE. **Paz e Terra**, v. 1405, 1967.

GONÇALVES, L. A. O. Narrativas da violência no meio escolar: limites e fronteiras, agressão e incivilidade. **Pro-Posições**, v. 13, n. 39, p. 85–98, 2002.

INEP, I. **Dados de Matrículas e Infraestrutura EM Anne Frank**. Disponível em: QEdu: <https://www.qedu.org.br/escola/151937-em-anne-frank/censo-escolar>. Acesso em: 04 Jun. 2019.

MATTOS, M.G., JÚNIOR, A.J., & RABINOVICH, S.B. **Metodologia da Pesquisa em Educação Física**. Construindo Sua Monografia Artigos e Projetos. Phorte Editora, 2017.

MENEZES, J. S.S. Educação Integral e tempo integral na educação básica: da LDB ao PDE. *In*: COELHO, Lígia Martha C. da Costa. (Org.) **Educação Integral em tempo integral: estudos e experiências**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. (16 de Agosto de 2017). Secretaria Especial do Esporte. Disponível em Governo do Brasil: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo>. Acesso em 06 Jun. 2019.

NUNES, C. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos. **Educação & Sociedade**, v. 73, p. 9–40, 2000.

PACIEVITCH, THAÍS; EYNG, A. M. **Políticas educacionais e formação de professores: escolarização e violência**. 2007.

PINTO, ÉLIDA GAZIANE; XIMENES, S. B. DOSSIÊ- Financiamento dos Direitos Sociais na Constituição de 1988: do “Pacto Assimétrico” ao “Estado de Sítio Fiscal”. **Educ. Soc., Campinas**, v. 39, p. 980–1003, 2018.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – PBH. (Janeiro de 2012). **Programa Escola Integrada - Orientações Gerais para as Escolas**. Disponível em Educação Integral. org: https://educacaointegral.org.br/wpcontent/uploads/2015/06/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_Programa-Escola-Integrada.pdf. Acesso em 04 Mai 2019.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – PBH. (2017). **10 Anos da Escola Integrada**. Belo Horizonte, Brasil: Prefeitura de Belo Horizonte, 2017.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – PBH. **Escola Integrada**. Disponível em Prefeitura de Belo Horizonte: <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/escola-integrada>. Acesso em 11 Jun.2019.

RAPOSO, Gustavo de Resende. A educação na Constituição Federal de 1988. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 641, 10 abr. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6574/a-educacao-na-constituicao-federal-de-1988> Acesso em: 24 mar. 2019.

ROBERTO, C.; CURY, J. Dossiê do público e do privado na constituição de 1988 e nas leis educacionais. **Educação e Sociologia, Campinas**, v. 39, p. 870–889, 2018.

SILVA, L. M. E SOUZA, M. F. M. DE. **A Escola De Tempo Integral Na Legislação Brasileira Como Possibilidade De Construção De Política De Educação Integral the Integral**. Time School in Brazilian Legislation As a Possibility of Construction of. JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO, 2, p. 438–449, 2017.

TELLES, Vera S. Direitos sociais: afinal, do que se trata? *In*: CENPEC. **Muitos lugares para aprender**. São Paulo: Cenpec; Fundação Itaú Social; Unicef; 2003. p.65-73.

VIOLENTAR. In: DICIONÁRIO On-line de Português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/violentar/>. Acesso em: 18 Mai 2019.

XIMENES, SALOMÃO BARROS; ADRIÃO, T. Dossiê “30 anos da constituição federal: democracia e direito à educação”. **Educ. Soc., Campinas**, v. 39, p. 817–822, 2018.

YOUNG, M. Para Que Servem as Escolas? **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 1287–1302, 2007.

7. APÊNDICE

Questionário Aberto

- 1- Qual o seu contato com o Programa Escola Integrada? Por quanto tempo?
- 2- Na sua opinião, qual o objetivo do aumento da permanência do aluno de ensino fundamental/médio na escola?
- 3- Você acredita que a formação complementar apresentada na educação integral se relaciona com o currículo das escolas? De que maneira?
- 4- Essa formação complementar oferecida pelo Programa Escola Integrada possui um viés social? Qual?
- 5- Na sua opinião o que é violência?
- 6- Você percebe uma relação direta entre o tempo de permanência na escola e a diminuição na violência? Como?
- 7- Se respondeu sim à pergunta anterior, Como o programa atua para que os alunos não se envolvam com situações e/ou esquemas de violência?
- 8- Em sua visão como o programa Escola Integrada contribui para a formação do cidadão? De que forma?
- 9- Você teria alguma sugestão de temas/oficinas ainda não são abordados no Programa? Justifique.
- 10- Você aprova o Programa Escola Integrada como programa de ampliação da jornada estudantil? Por que?

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____ portador do RG _____, estou sendo convidado a participar da presente pesquisa, cujo objetivo analisar a relação existente entre o Programa Escola Integrada e a diminuição da violência no território do confisco

Minha participação será no sentido de responder a um questionário com questões objetivas e discursivas, aplicado no local do estudo pelo pesquisador. Para isso dedicarei ao menos 15 minutos. Minhas respostas serão armazenadas durante o período de 1 ano, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa e os resultados positivos e negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e por desejar sair da pesquisa não sofrerei qualquer prejuízo.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado que possa, de qualquer forma, me identificar serão mantidos em sigilo.

É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Tendo sido orientado sobre o teor de tudo aqui mencionado e compreendido a natureza e objetivo do já referido estudo, manifesto estar ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação. Por meio deste, também é consentido que, ao final do estudo, os resultados sejam publicados em forma de um trabalho de conclusão de curso e/ou artigo acadêmico sem que minha identidade seja identificada.

Portanto, concordo com o que foi exposto acima e dou o meu consentimento.

Belo Horizonte, _____ de _____ 2019.

Assinatura do voluntário: _____

Assinatura do pesquisador: _____